

SICREDI PERNAMBUCRED
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI PERNAMBUCRED - Av. Montevideu, 172 - Boa Vista - Recife/PE - CNPJ 04.146.333/0001-84 - NIRE 26.4.0001470-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIA DIGITAL - IN/DREI Nº 79/2020
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inc. IV combinado com o artigo 38 inciso XI do Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número de **16.917 (dezesesseis mil novecentos e dezessete)**, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - **A SER REALIZADA DE FORMA DIGITAL** - no dia 14 de maio de 2020, através de **ambiente virtual abaixo descrito, transmitido a partir da Sede da Cooperativa na Av. Montevideu, 172 - Boa Vista - Recife/PE**, às 14 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 15 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 16 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

1. Reforma do Estatuto Social da Cooperativa, compreendendo os seguintes dispositivos:
Alterar os Art. 2º; Art. 9º; Art. 35.
2. Aprovação da consolidação do Estatuto Social.

Os associados interessados em participar e votar a distância na assembleia deverão se inscrever previamente no sítio www.sicredi.com.br/coop/pernambucred, **até as 13h30m do dia 14 de maio de 2020**, observando as orientações disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, para fins de identificação e recebimento do link de acesso à sala virtual, bem como dos documentos e informações relativas a Assembleia.

No ato da realização da inscrição prévia o associado interessado em participar da Assembleia deverá dispor das seguintes informações e/ou documentos: nome completo; número da agência; número da conta; número do CPF ou CNPJ; e cópia digital de documento pessoal com foto, e em se tratando de pessoa jurídica além dos documentos acima e da identificação pessoal do seu representante legal, o ato (Contrato Social, Estatuto, Ata de Fundação ou equivalente; todos devidamente atualizados), que deverão ser enviados através do sistema de inscrição prévia para conferência.

O link de acesso à sala virtual da Assembleia será enviado exclusivamente para o endereço de e-mail informado no ato da inscrição prévia realizada pelo associado.

Os associados inscritos previamente e que acessarem a sala virtual da Assembleia no momento da sua realização poderão se manifestar por escrito, via chat, ou verbalmente, garantindo-se, assim, sua plena participação no ato assemblear.

A votação será realizada por intermédio de sistema digital disponibilizado no curso da Assembleia, sendo admitida, excepcionalmente, em caso de indisponibilidade da ferramenta ou impossibilidade de uso pelo associado, a votação por escrito, via chat, ou verbal.

Os documentos e informações estarão disponíveis aos associados no site da cooperativa www.sicredi.com.br/coop/pernambucred

A cooperativa não se responsabiliza por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos associados, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

A Assembleia será gravada eletronicamente e poderá ser solicitada pelas autoridades reguladoras ou associados, mediante requerimento formal.

Recife, 29 de abril de 2020.

Luís Aureliano de Barros Correia

Presidente do Conselho de Administração

Obs.: Tendo em vista o cenário nacional, em decorrência da pandemia global causada pela COVID-19, realizaremos a Assembleia Geral Extraordinária, excepcionalmente, por meio digital.

Obs.: Esta Assembleia Geral Extraordinária tem o objetivo de adequar o Estatuto Social da nossa Cooperativa para que possamos ter acesso a recursos junto ao BNDES ou outros captados via Banco Cooperativo Sicredi S/A e ainda aqueles requeridos pelo Deorf.

PROPOSTA PARA REFORMA ESTATUTÁRIA

CAPÍTULO	REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
<p>CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SICREDI</p>	<p>Art. 2º - A SICREDI PERNAMBUCRED integra o Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo, regendo-se, também, por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).</p> <p>§ 1º O Sicredi ou Sistema compreende o conjunto de cooperativas de crédito singulares e suas respectivas centrais, acionistas da Sicredi Participações S/A (“SicrediPar”), e a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi – Confederação Sicredi (“Confederação Sicredi”). Fazem parte, também, o Banco Cooperativo Sicredi S/A (“Banco Sicredi”), as empresas por este controladas, a Fundação Sicredi e a Sicredi Fundos Garantidores.</p> <p>§ 2º A SICREDI PERNAMBUCRED somente pode desfilhar-se do Sicredi com autorização prévia de sua assembleia geral, assegurada a participação e a manifestação da Confederação Sicredi no conclave e nas reuniões com as filiadas da Central, das quais deve ser prévia e comprovadamente notificada.</p> <p>§ 3º O ingresso e a permanência da SICREDI PERNAMBUCRED no Sistema, bem como o uso da marca <i>Sicredi</i>, estão condicionados à observância, em especial:</p> <p>I – das normas sistêmicas sobre o uso da marca, a participação em fundos garantidores e a implantação dos programas Crescer e Pertencer;</p> <p>II – dos limites relativos à solidez patrimonial e de desempenho econômico, financeiro e de liquidez, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internamente definidos pelo Sistema;</p> <p>III – da regulamentação oficial e do próprio Sistema quanto a risco de mercado e liquidez, risco de crédito, risco operacional e risco de imagem, entre outras, emanadas pelo Sistema.</p>	<p style="text-align: center;">Integração ao Sicredi</p> <p>Art. 2º - A Sociedade, ao filiar-se à Cooperativa Central de Crédito - Central Sicredi Norte/Nordeste, doravante denominada “Central”, integra, com esta e as demais filiadas, o Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, regendo-se, também, pelos seus normativos.</p> <p>Parágrafo 1º O Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi ou Sistema é o conjunto de Cooperativas de Crédito singulares, suas respectivas Cooperativas Centrais, a Confederação das Cooperativas do Sicredi (Confederação Sicredi), a Sicredi Participações S/A (SicrediPar) e todas as pessoas jurídicas das quais essas participam direta ou indiretamente, a Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo (Fundação Sicredi) e a Sicredi Fundo Garantidores (SFG).</p> <p>Parágrafo 2º A Cooperativa somente poderá desfilhar-se do Sicredi com autorização prévia de sua assembleia geral, asseguradas a participação e a manifestação da respectiva Central no conclave, da qual deve ser prévia e comprovadamente notificada.</p> <p>Parágrafo 3º O ingresso e a permanência da Cooperativa no Sistema, bem como o uso da marca Sicredi, estão condicionados à observância, em especial:</p> <p>I - das normas sistêmicas sobre o uso da marca, a participação em fundos garantidores, de acordo com normativo próprio;</p> <p>II - dos limites relativos à solidez patrimonial e de liquidez, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internamente definidos pelo Sistema;</p> <p>III - da regulamentação oficial e normativos internos do Sicredi.</p> <p>Parágrafo 4º O descumprimento de qualquer das exigências de que tratam os incisos I a III do parágrafo anterior resultará na aplicação de ações e sanções previstas no Regimento Interno do Sicredi (RIS), sem prejuízo da sujeição a outras sanções previstas em lei.</p>

CAPÍTULO	REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
	<p>§ 4º O descumprimento de qualquer das exigências de que tratam os incisos I a III do parágrafo anterior resultará nas seguintes restrições, aplicadas isolada ou cumulativamente a critério do órgão de administração competente, sem prejuízo da sujeição a outras sanções previstas em lei e em normas do próprio Sistema:</p> <p>I – advertência aos Conselheiros de Administração e/ou Diretores responsáveis;</p> <p>II - suspensão ou cessação de limites operacionais no Banco Sicredi e suas empresas controladas;</p> <p>III – substituição, dos membros do Conselho de Administração respeitada a competência da assembleia geral da respectiva entidade, e/ou dos membros da Diretoria Executiva, de competência do Conselho de Administração;</p> <p>IV – suspensão ou cessação do acesso a operações e serviços operados através do Banco Sicredi ou prestados por outras empresas e entidades corporativas integrantes do Sicredi;</p> <p>V – cessação do uso da marca <i>Sicredi</i> e eliminação do Sistema.</p> <p>§ 5º A aplicação das sanções previstas nos incisos I a V do parágrafo anterior será precedida de notificação ao(s) membro(s) do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e à Central, conforme o caso, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentem as razões que, no seu entender, desqualificam a infração ou o ato que fundamentou a notificação, as quais serão apreciadas, em igual prazo ou na primeira reunião que se seguir, pelo órgão de administração competente, que comunicará a sua decisão ao(à) interessado(a), acolhendo as razões apresentadas ou aplicando a(s) restrição(ões), e neste caso, cientificará as entidades responsáveis para cumprir a deliberação.</p> <p>§ 6º Para os fins dos §§ 4º e 5º deste artigo, entende-se por órgão de administração competente:</p>	<p>Parágrafo 5º A Central, sempre que entender necessário, implantará regime de cogestão na Cooperativa, em caráter temporário e mediante celebração de convênio, visando a assisti-la para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria sociedade ou da solidez e/ou imagem do Sistema Sicredi, nos termos da legislação em vigor e dos normativos internos.</p> <p>Parágrafo 6º A filiação à Central importa, automaticamente, em solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, em relação:</p> <p>I - às obrigações pela participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;</p> <p>II - às obrigações contraídas por movimentações na conta reservas bancárias, acessada por meio do Banco Sicredi, e a utilização de linhas de liquidez;</p> <p>III - aos empréstimos contraídos pela Central e pelo Banco Sicredi, com a finalidade de financiar atividades dos associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas.</p> <p>Parágrafo 7º A integração ao Sicredi implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, em relação aos empréstimos mencionados no parágrafo 6º deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicredi.</p> <p>Parágrafo 8º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos e a da respectiva Central.</p> <p>Parágrafo 9º A Central deverá supervisionar o funcionamento da filiada, com vistas ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e também das normas próprias do Sicredi, podendo examinar livros e registros contábeis e outros papéis, documentos e informações/dados relacionados com as suas atividades, e manter à disposição do Banco Central do Brasil, ou mesmo encaminhar prontamente a este, se motivos graves ou urgentes o determinarem, os relatórios que decorrerem da verificação.</p>

CAPÍTULO	REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
	<p>I – tratando-se de infrações cometidas no âmbito das próprias centrais: o Conselho de Administração da SicrediPar;</p> <p>II – no caso de infrações cometidas no âmbito das filiadas: o Conselho de Administração da Central.</p> <p>§ 7º A institucionalização do Sicredi, cujo modelo e regras constam deste Estatuto, dos atos constitutivos das demais empresas e entidades integrantes do Sistema e do Regimento Interno do Sicredi (RIS), visa à autogestão das sociedades que o compõem, processando-se através de um padrão, único, político-administrativo e operacional.</p> <p>§ 8º A integração político-administrativa e operacional com o Banco Sicredi e com outras empresas e entidades do Sistema, das quais participe ou não do capital, não afeta a sua autonomia societária.</p>	<p>Parágrafo 10. A corresponsabilidade prevista nos parágrafos 6º e 7º deste artigo, mais as contribuições financeiras destinadas aos fundos da Sicredi Fundos Garantidores, em conformidade com os normativos próprios, compõem sistema de garantias recíprocas.</p> <p>Parágrafo 11. À Central Sicredi Norte/Nordeste como coordenadora das ações do Sistema em sua área de atuação, bem como à Confederação Sicredi, formada pelas cooperativas centrais integrantes do Sicredi, ficam outorgados poderes de representação, notadamente para tratativas junto a empresas e entidades, inclusive integrantes do próprio Sicredi, órgãos e autoridades governamentais.</p> <p>Parágrafo 12. A expressão "legislação" compreende as leis, os decretos e as normas jurídicas reguladoras e complementares.</p>
<p>CAPÍTULO III - DOS ASSOCIADOS: COMPOSIÇÃO, CONDIÇÕES DE ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES, RESPONSABILIDADES E FORMAS DE DESLIGAMENTO</p>	<p>Art. 9º. O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreveu.</p> <p>§ 1º - Esta responsabilidade só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa, e subsiste também para os associados demitidos, eliminados ou excluídos, até quando forem aprovadas, pela assembleia geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.</p> <p>§ 2º - As obrigações dos associados falecidos contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão.</p>	<p>Art. 9º Os associados, sem embargo do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes integralizadas e pelo valor dos prejuízos verificados nessas operações proporcionalmente a sua participação, conforme fórmula de cálculo aprovada pela assembleia geral, perdurando a responsabilidade mesmo nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas pela assembleia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.</p> <p>§ 1º A responsabilidade dos associados, na forma da legislação aplicável, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa, salvo nas hipóteses dos §§ 2º e 3º seguintes.</p> <p>§ 2º Os associados respondem solidariamente, até o limite do valor das quotas-partes subscritas, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa em decorrência de sua participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis, incluindo os débitos na</p>

CAPÍTULO	REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
		<p>conta de Reservas Bancárias e os oriundos da utilização de linhas de liquidez.</p> <p>§ 3º De forma ilimitada, com o seu patrimônio pessoal, responderão os associados que, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, causarem prejuízo material ou moral à Cooperativa.</p>
<p>CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRA- ÇÃO</p>	<p>Art. 35. A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de 15 (quinze) conselheiros, sendo 11 efetivos e 04 suplentes, todos associados e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros, com vigência a partir da eleição e, conseqüente posse dos novos eleitos.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO</p> <p>Art. 35. A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de 12 (doze) conselheiros, sendo 11 efetivos e 01 suplente, todos associados e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros, com vigência a partir da eleição e conseqüente posse dos novos eleitos.</p>